



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 2 DE ABRIL DE 2009

ACTA Nº 02/2009

Aos dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro - Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e do Segundo - Secretário Nuno Filipe Medeiros Martins.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; André Carvalho Almeida; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria, Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges e Roberto Manuel Pereira de Sousa.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge

Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que, atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da primeira sessão ordinária, do dia 18 de Fevereiro de 2009.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos dezoito membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 19 de Fevereiro a 2 de Abril de 2009 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos e Paulo Jorge Cimbron Varão foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 2 de Abril de 2009.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROPOSTA - VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO SANTIAGO FUTEBOL CLUBE:

Pelo Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal foi presente a proposta para aprovação de um Voto de Congratulação ao Santiago Futebol Clube que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Considerando a excelente época desportiva que o Santiago Futebol Clube desenvolveu em 2008/2009,

Considerando ainda, o excelente resultado obtido no encontro com a equipa do Sporting Ideal no passado dia 22 de Março, conseguindo uma vitória estrondosa de 5 – 0 para a equipa pauense, atingindo o título de Campeã Micaelense e consequentemente o regresso à Série Açores de Futebol, um ano depois de ter sido despromovido.

Por todos estes motivos estão de parabéns todos os jogadores, bem como a respectiva equipa técnica, liderada por Duarte Borges, e dinâmica da actual Direcção, presidida por Octávio Cabral.

Assim, proponho à Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Congratulação ao Santiago Futebol Clube pelos bons resultados obtidos, nomeadamente por se ter sagrado Campeão de S. Miguel e pela subida à Série Açores, devendo ser dado conhecimento por escrito ao respectivo Clube.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, pelos dezoito membros presentes, aprovar o Voto de Congratulação ao Santiago Futebol Clube.

ELEVAÇÃO DA VILA DA LAGOA À CATEGORIA DE CIDADE:

Informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que já deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Projecto de Decreto Legislativo Regional para elevação da Vila da Lagoa à categoria de Cidade, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores.

Sobre este assunto, referiu que haverá benefícios para o Concelho de Lagoa na elevação da Vila à categoria de Cidade e propôs que a Assembleia Municipal tomasse uma posição sobre a elevação da Vila da Lagoa à categoria de Cidade.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes, aprovar uma posição favorável à elevação da Vila da Lagoa à categoria de Cidade.

PROPOSTA - VOTO DE LOUVOR AO SENHOR JORGE JOÃO DE MEDEIROS BORGES:

Pelo membro desta Assembleia Municipal Nuno Filipe Medeiros Martins foi presente a proposta de atribuição de um Voto de Louvor ao Senhor Jorge João de Medeiros Borges que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Venho propor à Assembleia Municipal de Lagoa a atribuição de um Voto de Louvor a Jorge João de Medeiros Borges pelos importantes serviços prestados ao Concelho de Lagoa, no âmbito social e cultural.

De realçar que Jorge João de Medeiros Borges é provedor demissionário da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, situação motivada por razões de

saúde. A ele fica-se a dever a criação desta importante instituição do Concelho que, no espaço de oito anos, conseguiu angariar um valioso património.

Ao longo da sua vida, Jorge João de Medeiros Borges sempre foi uma pessoa preocupada com a sua comunidade e foi, neste âmbito, que já na reforma se dedicou à defesa dos interesses dos mais desfavorecidos, em especial, os idosos.

Ao longo dos oito anos em que foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, desenvolveu um trabalho de grande dignidade e dedicação, realizado voluntariamente e sempre em prol de importantes causas sociais, pelo que, conjuntamente com os restantes membros da Mesa Administrativa criou um Centro de Convívio de Idosos em Água de Pau, Santa Cruz e na Rua José Moniz, fundou o Lar de Jovens em Risco, o Lar de Santo António e o ATL da Rua José Moniz, entre outros projectos. Deixa, ainda, delineado a criação de uma creche na freguesia de Santa Cruz e um Centro de Actividades Ocupacionais, dois projectos de grande interesse e que representam uma mais-valia para o Concelho de Lagoa.” O membro Nuno Martins propôs ainda felicitar a nova Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e em escrutínio secreto, nos termos do nº 3 do artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes, atribuir um Voto de Louvor ao Senhor Jorge João de Medeiros Borges.

Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, dos dezoito membros presentes, felicitar a nova Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

CONVENTO DOS FRADES:

Sobre a construção de uma Unidade Hoteleira das Pousadas de Portugal no Convento dos Frades, na freguesia de Santa Cruz, o membro Luís Pires referiu que atendendo que a ENATUR não vai construir, e tendo o projecto de construção daquela Unidade Hoteleira sido subsidiado, em cerca de 300 mil euros, pelo Instituto de Turismo de Portugal, a Câmara Municipal devia exigir à ENATUR o pagamento do projecto ou a devolução do mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que foi assinado um Protocolo entre a ENATUR, o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Lagoa para a transformação do Convento dos Frades, numa unidade Hoteleira,

integrada na Rede de Pousadas de Portugal, tendo já sido ultrapassados todos os prazos previstos para concretização daquele empreendimento. O projecto está feito e aprovado, para a reconversão daquele Convento numa Unidade Hoteleira, da Rede das Pousadas de Portugal, só não tem financiamento e a Enatur está a construir a Pousada da Covilhã.

Mais informou, que o Governo Regional dos Açores, assumiu que vão insistir com a ENATUR para saber se estão disponíveis ou não para construir a Unidade Hoteleira das Pousadas de Portugal no Convento dos Frades, pelo que vão aguardar pela resposta da ENATUR, ou será dada uma solução alternativa ao Convento dos Frades, como por exemplo a instalação da Biblioteca Pública Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Luís Pires comentou que a Informação das Actividades Desenvolvidas no período compreendido entre 11/02/2009 e 24/03/2009 que foi entregue junto com a documentação para esta sessão, não foi apresentada com as páginas fotocopiadas frente e verso, como tem sido hábito na documentação entregue nas outras sessões, de forma a economizar os gastos com o papel.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2008, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 13.687.420,38 (treze milhões seiscentos oitenta e sete mil quatrocentos e vinte euros e trinta e oito cêntimos) e de € 395.332,47 (trezentos noventa e cinco mil trezentos trinta e dois euros e quarenta e sete cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante

de € 384.191,85 (trezentos oitenta e quatro mil cento noventa e um euros e oitenta e cinco cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 14.466.944,70 (catorze milhões quatrocentos sessenta e seis mil novecentos quarenta e quatro euros e setenta cêntimos).

A despesa efectuada durante o mesmo período foi no montante de € 13.746.420,27 (treze milhões setecentos quarenta e seis mil quatrocentos e vinte euros e vinte e sete cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 361.221,22 (trezentos sessenta e um mil duzentos vinte e um euros e vinte e dois cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 359.303,21 (trezentos cinquenta e nove mil trezentos e três euros e vinte e um cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontram-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2008 sido apreciados e votados, por maioria, com o voto contra do membro Luís Pires, dos dezoito membros presentes, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita € 13.870.777,84 (treze milhões oitocentos e setenta mil setecentos setenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos) e de despesa de € 13.746.420,27 (treze milhões setecentos quarenta e seis mil quatrocentos e vinte euros e vinte e sete cêntimos), acusando um saldo de € 124.357,57 (cento vinte e quatro mil trezentos cinquenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 395.332,47 (trezentos noventa e cinco mil trezentos trinta e dois euros e quarenta e sete cêntimos) e com o saldo de € 200.834,39 (duzentos mil oitocentos trinta e quatro euros e trinta e nove cêntimos) perfaz a quantia de € 596.166,86 (quinhentos noventa e seis mil cento sessenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 361.221,22 (trezentos sessenta e um mil duzentos vinte e um euros e vinte e dois cêntimos), apresentando um saldo de € 234.945,64 (duzentos trinta e quatro mil novecentos quarenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos) e acusando a

Conta de Documentos um saldo de € 32.224,69 (trinta e dois mil duzentos vinte e quatro euros e sessenta e nove cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Actividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com o voto contra do membro Luís Pires, dos dezoito membros presentes.

Na sequência do Relatório de Actividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2008, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 2.265.613,00 euros seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: 113.280,65 €

Reforço do Património: 2.152.332,35 €

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com o voto contra do membro Luís Pires, dos dezoito membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2008, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção, dada pelo Decreto - Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

PONTO Nº 3 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

Criação da Receita:

Venda de bens de investimento

090101 – Terrenos - 30.000,00 €

090307 – Edifícios – 61.549,00 €

Reposições não abatidas nos pagamentos

150101 - Reposições não abatidas nos pagamentos – 19.781,00 €

Saldo da gerência anterior

160101 – Na posse do Serviço – 124.357,00 €

Criação da Despesa:

0304 010304 – Outras Prestações Familiares - 210,00 €

Inclusão de novo projecto:

1003 Obj/Prog.- 0304 070115 – Aquisição de Equipamento Urbano – 6.000,00 €

Reforços:

0102 020121 – Outros Bens – 47.000,00 €

0201 010302 – Outros Encargos com a Saúde – 2.740,00 €

0202 010302 – Outros Encargos com a Saúde – 8.269,00 €

0301 020117 – Ferramentas e Utensílios – 2.000,00 €

0302 020117 – Ferramentas e Utensílios – 2.000,00 €

0304 010302 – Outros Encargos com a Saúde – 9.900,00 €

0304 020117 – Ferramentas e Utensílios – 2.000,00 €

0102 07010399 – Outros Edifícios – 155.568,00 €

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, pelos dezoito membros presentes:

1º Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 235.687,00 (duzentos trinta e cinco mil seiscientos oitenta e sete euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:

Pela Câmara Municipal foi presente a Proposta de Organização dos Serviços Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esta proposta foi apresentada com o objectivo de melhorar a Organização dos Serviços Municipais e adequar as competências atribuídas aos diversos Serviços à realidade actual dos Serviços Municipais.

Os lugares que foram criados com esta nova Organização, nomeadamente, a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU) e a Divisão de Obras, Serviços de Águas, Ambiente e Serviços Urbanos (DOAASU) a curto prazo não vão ser ocupados, quando se justificar serão abertos os respectivos lugares.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos dezassete membros presentes, não tendo participado nesta votação o Membro Nuno Filipe Medeiros Martins, por estar ao serviço da Câmara Municipal:

1º Aprovar a Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Em aditamento à proposta relativa ao Mapa de Pessoal apresentada na reunião Camarária de 18 de Dezembro do ano transacto, e cujo Mapa de Pessoal do Município de Lagoa foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro do ano findo e considerando que:

1º Prevê o nº 2 (conjugado com o nº 4) do artigo 96º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que por decisão administrativa, devidamente homologada, transitam ainda para a categoria de coordenador técnico da carreira geral de assistente técnico, todos os trabalhadores que sejam considerados como detendo categoria ou exercendo funções com conteúdo de grau profissional idêntico aos da categoria de Chefe de Secção;

2º Que as referidas transições não estão limitadas pela regra de densidade prevista no nº 3 do artigo 49º da citada LVCR;

3º As Assistentes Administrativas Especialistas, Silvina Margarida Oliveira Ponte Rocha e Maria da Graça Borges de Oliveira Sousa Silva, antes do novo Regime de Vinculação de Carreiras e de Remunerações, vinham desempenhando na prática funções equivalentes (quanto ao conteúdo e complexidade) às de Chefe de Secção, pelo que devem transitar para a categoria de Coordenador Técnico da Carreira de Assistente Técnico, nos termos do estatuído no referido nº 2 do artigo 96º da LVCR;

4º A determinação dessa transição produz, retroactivamente, nos termos do nº 2 do artigo 109º da LVCR, os seus efeitos, desde 1 de Janeiro de 2009;

5º Tendo por base os pressupostos acima referidos e o despacho que no âmbito das minhas competências legais, designadamente as previstas na alínea a) do nº 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, irei emanar no sentido de dar concretização à mencionada transição das trabalhadoras em causa, torna-se necessário proceder:

a) À alteração do Mapa de Pessoal do Município por forma a que, na respectiva Estrutura sejam criados dois lugares de Coordenador Técnico na Unidade Orgânica, um na Secção de Administração Geral e o outro na Secção de Taxas e Licenças e consequentemente reduzir o número de lugares de Assistente Técnico de 27 para 25 lugares, (conforme tudo melhor consta na alteração ao Mapa de Pessoal do Município, anexo a esta proposta);

b) Ao reforço das dotações Orçamentais respectivas, de forma a satisfazer as despesas inerentes à alteração do Mapa de Pessoal agora proposto.”

Anexo à proposta apresentada e acima transcrita foi presente o Mapa de Pessoal adaptado à proposta de Organização dos Serviços Municipais, mantendo-se os mesmos postos de trabalho.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos dezassete membros presentes, não tendo participado nesta votação o Membro Nuno Filipe Medeiros Martins, por estar ao serviço da Câmara Municipal:

1º Aprovar a alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta da Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores, bem como cópia da acta nº 1/2009 da reunião do Conselho Local de Educação de Lagoa, realizada no passado dia 4 de Março, com o respectivo parecer positivo à Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que foram incluídas na proposta da Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores sugestões apresentadas pelo Conselho Local de Educação e pelos Vereadores do Partido Social-Democrata. Na proposta de sugestões apresentada pelos Vereadores do Partido Social-Democrata foi sugerido um estudo da Sociedade Lagoense e que fossem identificadas as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos do Concelho. Referiu que considerou aqueles pontos importantes e ficou o compromisso de proceder ao seu estudo posteriormente.

O membro Luís Pires referiu que na página 5 da Carta Educativa, no último parágrafo, deveria também ser feita referência ao 2º e 3º Ciclos e Secundário.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esta observação ficou registada na acta da reunião Camarária de 23 de Março do ano em curso e será corrigida no documento final da Carta Educativa que será submetida a ratificação governamental. A Carta Educativa irá integrar o Plano Director Municipal do Concelho de Lagoa – Açores.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

1º Aprovar a Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores, nos termos do número 1 do artigo 17º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2005/A, de 10 de Novembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE COMPUTADORES PORTÁTEIS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Computadores Portáteis, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos dezoito membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Computadores Portáteis, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Atendendo ser a última sessão antes da Páscoa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou uma Boa Páscoa de 2009 a todos os presentes, o que lhe foi igualmente retribuído por todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
